

EPISÓDIO 1

Totalização dos resultados eleitorais é feita de forma pública e transparente

Segundo um dos mais disseminados conteúdos com desinformação sobre o sistema eletrônico de votação brasileiro, existiria uma “sala secreta” na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília, à qual apenas alguns técnicos teriam acesso. Por isso, segundo essas notícias fraudulentas, o resultado final das eleições poderia ser alterado por esses profissionais, já que não seria possível fiscalizar ou acompanhar o que é feito nesse ambiente supostamente inacessível.

A área de Direitos Digitais da **ARTIGO 19** tem pesquisado e analisado as principais tecnologias do voto existentes no mundo – incluindo a usada no Brasil e seu respectivo arcabouço normativo. Além disso, é uma das entidades que integram o Observatório de Transparência das Eleições, que tem as funções de colaborar com o TSE nas tarefas de ampliar a transparência de todas as etapas do processo eleitoral, aumentar o conhecimento público sobre o sistema brasileiro de votação e resguardar a integridade do processo eleitoral.

A **ARTIGO 19** esclarece, nesse sentido, que na sede do TSE existe um ambiente onde está hospedado o **supercomputador** que faz a **totalização** dos votos. A totalização consiste na soma dos dados de todos os boletins de urna, à qual se aplicam as regras eleitorais vigentes (como a incidência do quociente eleitoral, no caso dos cargos proporcionais), gerando assim os resultados oficiais da eleição. Os boletins de urna são documentos impressos pelas urnas eletrônicas logo após o encerramento da votação. Deles consta o número de votos recebidos por cada candidato ou partido na respectiva urna. Essa contagem do número de votos depositados em cada urna é chamada de **apuração**.

As informações condensadas nos boletins também estão gravadas em uma espécie de *pendrive* que fica dentro de cada urna eletrônica. Quando a votação acaba, ele é retirado da urna e inserido em um computador, que transmite os dados ao TSE por meio de um canal exclusivo, feito só para isso. Essa mídia é protegida por criptografia e assinatura digital; os dados que estão nela têm sua integridade e autenticidade verificadas pelo computador que faz a transmissão e, no TSE, um *software* faz novamente essa conferência. Assim, essa fase do processo eleitoral foi projetada para impedir que alguém tente interceptar e adulterar os resultados.

A sala do TSE que hospeda o supercomputador é de fato muito bem protegida, já que é o “coração” da totalização. Há ainda uma segunda sala, onde os técnicos do TSE

apenas monitoram a atividade dessa máquina. Ou seja, a totalização é um procedimento feito eletronicamente, sem interferência humana.

É importante destacar que a observação da integridade da totalização é uma etapa bastante transparente do processo eleitoral brasileiro, já que pode ser acompanhada e fiscalizada pelos eleitores, partidos políticos ou qualquer instituição que queira constatar a lisura dos procedimentos adotados pela Justiça Eleitoral.

A explicação é simples: os boletins de urna são tornados públicos logo após o encerramento da votação. Portanto, se houver alguma suspeita sobre os cálculos feitos pelo supercomputador, é possível fazer uma totalização paralela por meio da soma de todos os boletins de urna. Em cidades menores, por exemplo, é comum que o resultado da eleição local seja conhecido antes da divulgação oficial feita pelo TSE, já que as campanhas costumam fazer as próprias contas, somando os números dos boletins de urna.

Para facilitar essa totalização paralela, cada via física do boletim de urna tem um QR Code, por meio do qual as informações do documento podem ser capturadas para um celular ou outro dispositivo eletrônico. A própria Justiça Eleitoral disponibiliza o aplicativo “Boletim na mão”, que lê esse QR Code, possibilitando a obtenção e visualização de uma cópia digital do boletim de urna. Além disso, nas eleições deste ano os boletins de urna serão publicados na página do TSE logo após o encerramento da votação.

Considerando todas as camadas de segurança do sistema eletrônico de votação e a possibilidade de verificação dos dados totalizados pelo TSE, qualquer tentativa de adulteração dos resultados revelados pelas urnas seria facilmente detectada. Também se deve enfatizar que a Justiça Eleitoral é a instituição responsável por promover e organizar as eleições. Trata-se, portanto, da autoridade constitucionalmente competente para realizar com exclusividade e de maneira oficial todas as cadeias de procedimentos que compõem o ciclo eleitoral brasileiro. Em outras palavras, a outras instituições de Estado não é dado executar funções que só competem à Justiça Eleitoral.

O papel reservado às chamadas “entidades fiscalizadoras” do processo eleitoral, como as Forças Armadas, partidos políticos, Congresso Nacional, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil, restringe-se à possibilidade de participar de etapas de fiscalização e auditoria do sistema eletrônico de votação. Não se trata de atribuição pouco importante, já que é por meio dela que o processo eleitoral brasileiro se faz mais transparente, seguro e confiável. No entanto, não se deve admitir que a prerrogativa de

fiscalização seja subvertida para que se coloque em xeque a lisura dos procedimentos eleitorais empreendidos pela Justiça Eleitoral, que é quem deve organizar e oficializar os resultados do pleito.

Origens do boato

Uma das possíveis origens do boato em torno da “sala secreta” remonta ao segundo turno da eleição presidencial de 2014. Naquele ano, por causa do fuso horário de três horas entre o Acre e o horário de Brasília, a evolução da totalização dos votos só se tornou pública após as 20h¹. Isso ocorreu porque, do contrário, os eleitores acrianos poderiam ser influenciados por eventual divulgação de resultados parciais antes do fechamento das urnas no estado.

Por causa disso, o acesso à sala onde é feito o monitoramento do computador responsável pela totalização foi restrito, para tentar impedir o vazamento antecipado dos dados. Por exemplo, os técnicos do TSE e os fiscais dos partidos não puderam ingressar no ambiente com seus aparelhos celulares.

Assim, a primeira prévia oficial do resultado daquele pleito só foi divulgada às 20h02, apontando a liderança da então candidata à reeleição Dilma Rousseff, com 50,99% dos votos – vitória que foi matematicamente confirmada às 20h27. A campanha do outro candidato, Aécio Neves, vinha trabalhando com a informação extraoficial de que na verdade ele estaria na frente da disputa, ao menos inicialmente.

Por causa do acirramento daquela disputa e do clima de apreensão em torno da divulgação oficial, uma reportagem da TV Globo fez menção à sala “que guardava o segredo que todos queriam saber”: “a contagem voto a voto, segundo a segundo, pra saber quem seria o próximo presidente do país”². Assim, muitos conteúdos desinformativos distorceram essa reportagem e o contexto em que ela foi feita para propagar a notícia falsa de que existiria uma “sala secreta” na sede do TSE.

O fato de o partido do candidato derrotado ter pedido uma auditoria do resultado daquela eleição contribuiu para alimentar o boato. O pedido inicial da legenda se referia à verificação da integridade da totalização dos votos – ou seja, se os resultados oficiais coincidiam com os números constantes dos boletins de urna. O partido então teve acesso a

1

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/10/dilma-vence-eleicao-mais-acirrada-da-historia-da-democracia-brasileira.html>

² <https://globoplay.globo.com/v/3727549/>

todos os arquivos gerados por todas as urnas eletrônicas do país. A conclusão da auditoria foi que o resultado final divulgado pelo TSE correspondia ao somatório fiel dos votos contidos nesses arquivos³.

³ <https://youtu.be/QuR0oCJSr0A?t=1911>